Discurso de Antônio Cláudio Ferreira Lima, por ocasião de sua posse, no dia 27 de novembro de 2015, como sócio efetivo do Instituto do Ceará

Minhas primeiras palavras são de gratidão a Eduardo Bezerra Neto, Paulo Elpídio de Menezes Neto e Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, que propuseram meu nome para suceder Antônio Nilson Craveiro Holanda como sócio efetivo deste Instituto.

São também de gratidão à Comissão de Verificação de Merecimento, à Diretoria e ao Plenário pela acolhida que me deram.

Agora, nesta sessão solene, depois de ouvir o discurso de recepção de Paulo Elpídio, tão primoroso na concepção quanto generoso a meu respeito, sinto-me profundamente honrado, alegre e feliz. E é com esse espírito que passo a falar a este auditório de confrades, familiares, amigos e ilustres personalidades, a quem sou muito grato por suas presenças.

ATIVIDADES CULTURAIS DO INSTITUTO

A minha ligação com o Instituto do Ceará vem de meados dos anos 1960. Por essa época, ao me dirigir ao expediente do Banco do Nordeste, tinha o hábito de dar uma passada na Livraria Imperial para, furtivamente, ouvir a conversa daqueles elegantes senhores que se postavam na, como se dizia à época, Imperial Porta.

Discutiam, certa feita, a resistência do autóctone ao colonizador. Não consegui ficar calado: criei coragem e entrei no assunto, indagando sobre a Guerra dos Bárbaros. Fui bem aceito por um deles, o Dr. Carlos Studart Filho, que, um ou dois anos depois, presidiria este Instituto. Ele, solícito, deu-me explicações gerais a respeito, prometendo-me, para o dia seguinte, um livro seu, que tratava pormenorizadamente do tema. Dito e feito, ele me trouxe *Páginas de História e Pré-História*[1], lido com sofreguidão noite adentro.

No começo dos anos 1970, um fato aproximou-me ainda mais desta Casa. É que meu sogro, o deputado Guilherme Teles Gouveia, possuia, encadernada, toda a coleção da revista do Instituto, uma preciosidade a fácil alcance, cuja leitura muito enriqueceu o meu patrimônio intelectual.

De 1887, quando o Instituto foi criado (Geraldo Nobre[2] registra uma primeira fundação dez anos antes, mas que, por motivos políticos, não prosperou), de 1887 até hoje, permitam-me que me fixe, a meu juízo, em três empreendimentos de monta.

O primeiro, o trabalho beneditino do Barão de Studart, que, fiel ao adágio latino *Sparsa Colligo*, reuniu o disperso, e, como narra Raimundo Girão[3], "[...] não satisfeito com a escassez de informações dos arquivos de sua terra resolveu ir à Europa, com o objetivo de ampliar as suas indagações". "[...] Dia por dia obtinha novos diplomas, novos papeis e os interpretava e divulgava, catalogados cuidadosamente, formando a admirável *Coleção Studart* [...]".

Em *Arquivos do Barão de Studart*[4], obra editada pelo Instituto em 2010, coordenada e apresentada pelo seu então presidente José Augusto Bezerra, encontramos em 160 páginas belamente ilustradas, juntamente com os iluminadores ensaios de Valdelice Girão, Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez) e Eduardo Campos, alentados estudos sobre o tesouro deixado pelo Barão de Studart, como o de Gisafran Nazareno Mota Jucá, "A história no arquivo do Barão"; o de Maria Clélia Lustosa Costa, "Geografia nos arquivos do Barão"; e o de Peregrina Fátima Capelo Cavalcante, "Aspectos antropológicos da coleção do Barão de Studart".

Pois bem, voltando a Raimundo Girão, Studart reuniu aquele tesouro "[...] para 'o futuro historiador do Ceará' – ele próprio o disse"[5].

E como os pósteros cuidaram dessa fabulosa herança? Vem daí o segundo empreendimento.

Trata-se do "grave e sério encargo de escrever e editar uma História do Ceará", repto lançado por Thomaz Pompeu Sobrinho (exatamente o sucessor do barão de Studart), quando concebeu *A história do Ceará: plano para a sua elaboração*[6].

A decisão do Instituto de adotar o Plano foi tomada na sessão de 20 de dezembro de 1938. No entanto, segundo Paulo Elpídio, em *A história do Ceará: Plano para a sua elaboração (Notas, comentários e sugestões)*[7]:

> Embora já conhecida antes da sua investidura na Presidência do Instituto, a apreciação da proposta de Thomaz Pompeu Sobrinho sofreria seguidos adiamentos até a sua adoção como *Programa* definitivamente estruturado, em 20 de agosto de 1941. A edição da primeira monografia, das 26 que comporiam a obra, dar-se-ia somente em 1946, a de número 4, precisamente a *Proto-História Cearense*, da autoria de Thomaz Pompeu Sobrinho.

Foram editadas, além da citada número 4, as de: nº 3, de Pompeu Sobrinho – Pré-história Cearense; nº 12, de Raimundo Girão – História Econômica do Ceará; nº 15, de Eusébio de Souza – História Militar do Ceará; nº 18, de Dolor Barreira – História da Literatura Cearense; nº 22, de Plácido Aderaldo Castelo – História do Ensino no Ceará; nº 23, de Joaquim Alves e Pompeu Sobrinho – História das Secas.

O terceiro empreendimento consiste na retomada do Plano de Thomaz Pompeu Sobrinho.

A propósito, Paulo Elpídio, nas *Notas* já citadas, que remontam a 1991, faz propostas que, segundo ele[8], "[...] pretendem servir de estímulo a uma ampla discussão do *Programa*, como procedimento capaz de motivar e envolver os sócios do Instituto, comprometendo-os com a continuidade editorial das monografias". Mas, para tanto, sugere ele "a constituição de um grupo de trabalho ao qual possa atribuir-se a tarefa de uma revisão cuidadosa do Programa, para a inclusão de novas monografias e/ou o desdobramento das inicialmente previstas".

Eis aí, portanto – peço licença aos consócios para afirmar –, a grande tarefa do Instituto no campo da história para os próximos anos.

A fim de alcançar esse objetivo e tendo em vista, em especial, o tamanho do desafio, o Instituto poderia promover um intercâmbio cultural com o Estado, os municípios, as universidades e entidades de pesquisa no país e no exterior.

O grande mérito do Plano é preencher a missão por excelência do Instituto: a de colaborar para que o cearense não somente conheça a sua história, mas principalmente tome consciência dos futuros possíveis que ela reserva, a fim de que possa transformá-la, imprimindo a sua marca nos destinos da sua terra.

ATIVIDADES CULTURAIS DO ANTECESSOR

Caros Consócios, Senhoras e Senhores,

Antônio Nilson Craveiro Holanda, meu antecessor, nasceu em 1935, em Limoeiro do Norte, neste Estado. Lá, fez os primeiros estudos e concluiu o ensino fundamental no Ginásio Diocesano. Depois, veio residir em Fortaleza, onde cursou o clássico no Liceu do Ceará.

Em 1957, formou-se em Direito pela Universidade Federal do Ceará. Já, antes, em 1954, ingressara no Banco do Nordeste do Brasil, por meio de concurso público para escriturário auxiliar, o primeiro realizado pela novel instituição. Logo em seguida, por concurso interno, ascendeu à carreira de escriturário.

Em 1956, participou do II Programa de Formação de Técnicos em Desenvolvimento, o II TDE, curso de elevado nível técnico-científico, coordenado pelo chefe da Missão Técnica da Organização dos Estados Americanos – OEA no Brasil, Stefan Robock. Tratava-se de uma pós-graduação *latu sensu*, em que a parte teórica foi complementada por viagem de estudos ao Nordeste e estágio no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico – BNDE, hoje BNDES (ganhou o S de social). O II TDE foi, sem dúvida, um dos principais esteios na brilhante carreira profissional de Nilson Holanda.

Durante os 25 anos que serviu ao BNB, ocupou, no início, a função de assessor-auxiliar no Gabinete da Presidência. Depois, no Departamento Industrial e de Investimentos – Carin, começou como analista de Projetos, tornou-se chefe da divisão de Análise de Projetos; daí, chefe adjunto de Departamento, até atingir o topo da carreira, como chefe de Departamento.

No entanto, ainda estava reservado a ele o cargo maior de presidente da Instituição, que, com talento e tirocínio, desempenhou no período de 1974 a 1979.

Antes, porém, Nilson Holanda como que se preparou para essa missão, aprofundando o conhecimento teórico e enriquecendo a experiência profissional.

Assim, em 1961, tornou-se mestre em Economia pela Universidade de Stanford, nos Estados Unidos. E, em 1969, obteve o título de mestre em Administração Pública pela Universidade de Harvard, do mesmo país.

A partir de 1962, como professor das disciplinas Introdução à Economia e Teoria do Desenvolvimento Econômico, passou a colaborar com a Universidade Federal do Ceará. E, a convite da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – Cepal, ministrou cursos de elaboração e avaliação de projetos no país e no exterior.

Apesar de jovem, mas já havendo amealhado bom lastro profissional e invejável currículo acadêmico, em 1971, a convite do ministro do Planejamento Reis Veloso, assumiu a Superintendência do Instituto de Planejamento – Iplan, da Fundação Ipea, cumulativamente com a Secretaria de Planejamento do Ministério do Planejamento. Era ainda membro do Conselho do BNDES, do Conselho Consultivo da Finep e representante do Ministério nas superintendências regionais: Sudene, Sudam, Sudeco e Sudesul.

O primeiro trabalho que coordenou no Iplan denominava-se *Metas e bases para a ação do governo* e serviu de fundamento para o I Plano Nacional de Desenvolvimento, o I PND (1970-1974), que tramitou no Congresso Nacional, conforme preceituava a lei que criara o Sistema Nacional de Planejamento. Ao Iplan, couberam os capítulos setorial e regional.

O Iplan constituiu-se como grande incentivador da Ciência & Tecnologia. Partiu daquele órgão a criação do Plano e do Fundo Nacional de Ciência & Tecnologia. Da mesma forma, a Embrapa surgiu com forte apoio dessa instância de planejamento.

Um trabalho de fôlego foi o relatório de acompanhamento do I PND. Pela primeira vez, sob a sua coordenação, consolidou-se, em um só documento, intitulado *Programa de dispêndio*, toda a administração direta e indireta.

Em 1974, preparou o II PND (1975-1979), que "[...] consagra a forma pela qual o governo brasileiro de então enfrentaria a crise mundial deflagrada pelo rompimento dos acordos de Bretton Woods e pelo primeiro choque do petróleo"[9].

Em 1975, Nilson Holanda recebeu nova missão: convidado por Maurício Rangel Reis, ministro do Interior, retornou ao BNB, que presidiu até 1979. E veio munido de uma visão mais larga e penetrante não apenas da questão regional, que iria enfrentar, mas também da posição geopolítica do país no xadrez mundial.

Como planejador que era, traçou desde logo os objetivos centrais: reforçar as características do BNB como banco de desenvolvimento e, sem prejuízo da eficiência administrativa e equilíbrio financeiro, fortalecer as suas funções de agente financeiro do governo federal na região.

Para realizar esse intento, criou a Coordenadoria de Planejamento Integrado – Copin, que elaborou, sob a supervisão do próprio presidente, amplo diagnóstico da evolução e desempenho do Banco no quinquênio 1969-1973, para, embasado nesse estudo, definir diretrizes e metas para o quinquênio seguinte.

Daí o *I Plano Quinquenal 1975-1979*, publicado em 1974, que era, também, uma contribuição para o II PND.

O Plano buscava recuperar a posição do Banco no mercado bancário regional, com destaque para as operações de crédito especializado (rural e industrial), ao mesmo tempo que intensificava os esforços de mobilização de fontes de recursos estáveis e alargava o âmbito de atuação com as operações internacionais e a abertura das agências de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Vale salientar, ademais, que, para compatibilizar os programas do Banco com os planos estaduais de desenvolvimento, Nilson Holanda reuniu-se com os governadores da região.

O Plano Quinquenal, porém, não poderia funcionar sem adequado modelo de gestão. Tal a razão do *Plano Administrativo Plurianual 1975-1979*, que representou a autocrítica mais profunda feita até então na história do Banco; era um diagnóstico severo de limitações e potencialidades no campo administrativo, com a definição de linhas de ação, formando um roteiro seguro para a modernização e o aperfeiçoamento gerencial do BNB por muitos anos afora.

No tocante à ação supletiva, o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste –Etene - ganhou papel de relevo, mediante várias iniciativas, seja de estudos e pesquisas, seja de apoio à ciência e tecnologia, seja ainda de promoção de exportações e investimentos. Para respaldar a atuação do Banco, realizou, sob a coordenação do economista Osmundo Rebouças, profundo diagnóstico da economia do Nordeste com sugestões de políticas[10].

A qualificação dos funcionários, herança do ex-presidente Raul Barbosa, era uma obsessão de Nilson Holanda. Por sinal, o Centro de Treinamento Gonçalo de Farias, no sítio Passaré, que abrigaria mais

tarde a direção geral do BNB, foi obra da sua gestão. Da mesma forma, o edifício Raul Barbosa, no centro de Fortaleza, para acomodar os vários órgãos do Banco espalhados pela cidade.

Uma contribuição importante à cultura foi a coleção Dolor Barreira, que, em parceria com a Academia Cearense de Letras e a Secretaria de Cultura do Estado, reeditou obras clássicas da literatura cearense. Do mesmo modo, a sua preocupação com a história nos legou o Acervo Histórico do BNB, um projeto de história oral que chegou a entrevistar os principais personagens dos primórdios da Instituição, a começar pelo seu criador e primeiro presidente, Rômulo Almeida.

Nilson Holanda deu ao BNB a condição tanto de destacada supridora da demanda de crédito do Nordeste quanto de banco eficiente, que, como sociedade anônima, ombreava (quando não ia mais além) com a banca privada, fechando os seus balanços com bons resultados não só financeiros, mas principalmente socioeconômicos e culturais, publicando-os no dia seguinte nas principais capitais do país.

Foi, inquestionavelmente, a presidência do Banco do Nordeste, a instituição que ajudou a construir e a consolidar, o cargo que ocupou com mais enlevo, satisfação e entusiasmo. Foi lá que deixou com toda a clareza a marca do homem público inatacável, que caracterizou toda a sua vida pública pela honradez, pela retidão de caráter, pelo senso do dever e pela instigante capacidade empreendedora.

Sempre atento à evolução do Banco, vez por outra, dirigia-se aos seus antigos companheiros para mantê-los atualizados sobre a trajetória da instituição.

Em correspondência a colegas aposentados residentes em Brasília, datada de 15 de março de 2012 e intitulada *Em busca de um novo BNB*, confessou:

> [...] posso dizer, atualmente, que conheço a administração pública brasileira, no nível nacional, e estou credenciado para afirmar que o BNB de minha geração (nos seus primeiros vinte e cinco anos que eu conheci bem) foi uma das instituições mais extraordinárias deste país, pela competência, seriedade e eficiência dos seus quadros técnicos e gerenciais.

Ao deixar o BNB, Nilson Holanda assumiu em 1980 as funções de diretor nacional do Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia do

Araguaia-Tocantins – Prodiat, o mais bem-sucedido projeto de cooperação técnica da OEA no Brasil.

Depois de quatro anos e meio, realizada com êxito a tarefa no Prodiat, assumiu, em 1985, a secretaria executiva do Ministério da Desburocratização; em 1986, foi chamado para conduzir o projeto de fundação da Escola Nacional de Administração Pública – Enap, da qual foi o primeiro diretor-geral.

Cumprida a missão na Enap, voltou à academia como professor da Universidade de Brasília – UnB - e, também, à consultoria econômica.

Em 1993, até julho de 1994, presidiu o Ipea. Passou pouco tempo lá. Havia tanta instabilidade no governo que, nesse curto período, conheceu três titulares do Ministério do Planejamento, a que estava afeto o Ipea: Paulo Haddad, Yeda Crusius e Alexis Stepanenko.

Em 1995, ocupou o cargo de secretário adjunto de Políticas Regionais, que seria hoje o Ministério da Integração Nacional – MI.

Após isso, continuou ensinando na UnB, até aposentar-se, em 2003. No entanto, prosseguiu como consultor, primeiramente, no Projeto Aridas, do qual foi o coordenador-geral, e em outras iniciativas, tendo, em 2013, a pedido do Centro Industrial do Ceará – CIC, procedido à análise crítica do projeto *Integra Brasil: Fórum Nordeste no Brasil e no Mundo*, liderado pela presidente à época daquela entidade de classe e atualmente secretária do Desenvolvimento Econômico, Nicolle Barbosa, que representa nesta solenidade o senhor governador do Estado.

Nilson Holanda combinava qualidades raras em uma só pessoa: tão transparente nos atos como sincero (e quanto!) nas opiniões; tão rápido no raciocínio como sutil nas análises; era o conferencista que prendia a plateia pela facilidade da palavra e pelo exercício da mais fina ironia, não fosse íntimo de Eça e Machado; mas, sobretudo, extremamente humano e consequente nas decisões.

Soube ele como ninguém conjugar teoria e prática. O conhecimento que amealhava por meio dos livros, das aulas, dos debates e da vivência como técnico e gestor público orientava a atuação do professor, técnico e dirigente nos cargos que ocupava.

Era o mestre que não ensinava os alunos apenas a interpretar a realidade, mas também a transformá-la.

É o autor de livros primorosos em didática sobre economia e desenvolvimento, voltados para a realidade brasileira e nordestina, que aliam rigor científico com linguagem simples e direta.

Elementos de elaboração e avaliação de projetos, como apostila, fazia parte da bibliografia obrigatória dos cursos do BNB e da Cepal. Ampliada, foi editada como *Planejamento e projetos*, pela Anpec, em 1979. *Introdução à teoria do desenvolvimento econômico*, de 1966, destinou-se a aulas na Faculdade de Economia da UFC.

Já *Introdução à economia: da teoria à prática e da visão micro à macroperspectiva*, editado pela Vozes em 2002, foi resultado de sucessivos aperfeiçoamentos: de apostila para aulas no BNB e na UFC nos anos 1960, tornou-se trabalho de fôlego, que vai das bases doutrinárias e metodológicas ao núcleo central da micro e macroeconomia sem economês e com exemplos da nossa realidade.

É rica a sua bibliografia de ensaios sobre aspectos da economia brasileira e nordestina[11], constando do acervo da Fundação Biblioteca Nacional doze títulos.

Nilson Holanda publicou também estudos sobre gestão pública, entre os quais *A crise gerencial do Estado brasileiro*[12], de 1993, considerado inovador por especialistas da área.

Nos últimos anos, dedicou-se ao desafiador campo de avaliação de políticas, tendo publicado, entre outros, *Avaliação de políticas públicas: conceitos básicos, o caso do Proinfo e a experiência brasileira*[13].

Há ainda da sua lavra uma grande variedade de artigos e ensaios versando sobre economia e administração, publicados em jornais e revistas especializadas.

Estive com ele a última vez em Brasília. Era 2013. Em sua biblioteca, falou-me longamente, por meio dos livros, da sua formação humanística e técnica, dos seus autores prediletos (Shakespeare, Flaubert, Balzac, Tolstoi, Dostoievski, Vieira, Bernardes, Eça, Machado, Graciliano, entre outros), dos livros que escreveu (pensava em novas edições) e, sobretudo, dos planos para o futuro, muitos, inclusive novos livros, um de memória; havia um romance prometido quando deixou o BNB.

Claro que falou sobre o Nordeste e, principalmente, sobre o Banco do Nordeste. Tudo isso me levou a pensar no amor bíblico de Jacó por Raquel, imortalizado em soneto de Camões: "para tão longo amor tão curta a vida".

O desvelo com a família, certamente, era o sentimento maior que o guiava na vida e em tudo que fazia. De igual modo reservava afeição aos amigos, que, como na canção, guardava "Debaixo de sete chaves/ Dentro do coração".

Nilson Holanda, pela sua dedicação ao Nordeste e ao país, pode ser considerado um dos boêmios cívicos, como Getúlio Vargas referia-se aos membros da sua assessoria econômica, que, no Catete, entravam madrugada adentro elaborando projetos para sedimentar as bases da industrialização brasileira.

Este Instituto reconheceu os seus méritos recebendo-o, primeiro, em 1977, como sócio honorário, quando foi saudado por Francisco Alves de Andrade, que destacou[14]:

> O que melhor avulta nos trabalhos de Nilson Holanda é o cunho de sinceridade de suas assertivas. Tira dos fatos argumentos e dos dados as suas conclusões. Não teme o desagrado pelo pronunciamento da verdade. Por isso inspira confiança com lealdade que se requer.

Nilson Holanda, na ocasião, ressaltou que, em essência, nada mais fazia a não ser buscar condições para realizar o "humanismo telúrico" tão caro a Francisco Alves de Andrade[15].

Depois, eleito sócio efetivo, em 1982, foi recepcionado por Virgílio Távora, então governador do Estado, que enalteceu o Nilson Holanda ético, técnico e humanista, devotado à causa do desenvolvimento regional. Nilson Holanda falou em seguida, relevando a sua preocupação sempre presente com os destinos do País[16]:

> Quanto mais medito sobre os problemas do nosso País, tanto mais me convenço de que as raízes da crise brasileira se encontram exatamente no nosso pouco zelo pelas cousas da ciência e da cultura, na nossa baixa prioridade para a pesquisa e educação, e no descaso ou desatenção que sempre tivemos para com nossa herança histórica e cultural.

Desde 1979 estava radicado em Brasília, onde veio a falecer a dois de abril deste ano. Em uma de suas últimas vindas ao Instituto, em 2011, pronunciou magnífica conferência, sob o título *Crise econômica e impactos sobre a economia brasileira*[17], numa abordagem, bem a seu estilo, didática e esclarecedora, explorando os vários aspectos que envolvem o tema.

ATIVIDADES CULTURAIS DO SUCESSOR

Caros Consócios, Senhoras e Senhores,

Dois desafios têm marcado minha vida profissional e intelectual. No primeiro, devotei-me ao desenvolvimento do Nordeste.

Tudo começou com minha opção de cursar economia, que decorreu do próprio ambiente do BNB, onde ingressei aos 14 anos por meio do Curso de Aprendizagem Bancária – CAB. Contribuiu igualmente para a minha decisão o clima de esperança no desenvolvimento da região trazido pela recém-criada Sudene, que tinha à frente Celso Furtado, cujo discurso empolgava a todos.

Em 1968, justamente em 1968, ano de grandes ebulições sociais, entrei na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da UFC. E lá, sem alhear-me dos acontecimentos de então, dediquei-me com forte entusiasmo ao estudo da economia.

O que almejava era preparar-me teoricamente para intervir na realidade, ou seja, o que visava era o planejamento como instrumento para promover mudanças, tal qual ocorria na Sudene.

O consócio Pedro Sisnando foi meu professor de Introdução à Economia e paraninfo da turma. O meu maior interesse durante o curso, não poderia ser diferente, recairia: na macroeconomia, por tratar do funcionamento do sistema econômico; na teoria do desenvolvimento econômico, por ser o caminho da melhoria das condições de vida na sociedade; e, naturalmente, na história econômica, por exigência do método de análise que adotei, com a advertência de Carlo Cipolla, na sua iluminadora *Introdução ao Estudo da História Econômica*[18]:

> Na realidade das coisas não existe história econômica, como não existe história política, história social, história técnica, história cultural. Existe a história no seu conjunto, a história com um H maiúsculo, isto é, a vida na sua infinita e inextricável complexidade, magma em contínuo fluxo, poderosa e simultaneamente frágil. Devido a objetivos descritivos e analíticos somos obrigados a recorrer às divisões [...] Mas é necessário ter sempre presente que essas divisões são fruto de simplificações heroicas, por vezes no limite do absurdo.

E, assim, já formado, vim a participar do planejamento global do BNB como integrante da equipe básica da Coordenadoria de Planejamento Integrado – Copin, criada na gestão de meu antecessor nesta Casa, Nilson

Holanda, e dirigida por Gonzaga Mota, nosso consócio. Já, antes, participara da atividade de planejamento no Departamento Rural, então chefiado por Eduardo Bezerra Neto, também nosso consócio.

Foi quando tomei consciência das enormes dificuldades para se resolver o problema do Nordeste. E procurei ir às causas nas suas raízes. Nesse intento, três grandes mestres exerceram forte influência na minha formação de economista: Keynes, Marx e Celso Furtado.

Com Keynes, passei a entender as relações entre os agregados da economia. Foi ele, aliás, que ensinou aos economistas o que medir em nível agregado e como fazê-lo; em outras palavras, deve-se a ele o sistema de contas nacionais, que tornou possível acompanhar, de forma sistêmica, o comportamento e a evolução da economia de um país. Mas a sua lição maior, a meu ver, foi evidenciar o papel central do Estado sob o capitalismo. Além disso, sempre me calou fundo, como fator de estímulo ao estudo, a sua definição de economista[19]:

> O mestre economista deve possuir uma combinação rara de atributos [...]. Deve ser matemático, historiador, estadista, filósofo – até certo ponto. Deve compreender os símbolos e exprimir-se por palavras. Deve contemplar o particular em termos do geral e tocar o abstracto e o concreto no mesmo rasgo de pensamento. Deve estudar o presente à luz do passado, em função do futuro. Nenhum aspecto da natureza do Homem ou das suas instituições deve ficar completamente fora do alcance do seu olhar. Deve ser simultaneamente determinado e desinteressado, alheio e incorruptível como um artista e, no entanto, ser por vezes tão pragmático como um político.

Em Marx, fui buscar o método dialético e a perspectiva histórica, tendo sempre em mente que:

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos[20].

Mas foi Celso Furtado (que bebeu, inteligentemente, nas fontes keynesianas e marxianas) que mais me influenciou com o seu método histórico-estrutural, um sistema analítico que interpreta as transformações nas estruturas econômicas, políticas, institucionais, culturais, a partir da perspectiva histórica de médio e longo prazo.

Formação econômica do Brasil[21], a sua obra-prima, que o coloca ao lado de Gilberto Freyre, Caio Prado Junior e Sérgio Buarque de Holanda como um dos principais intérpretes do Brasil (com a vantagem de haver atuado ainda como transformador), ensinou-me, a um só tempo, história econômica e teoria econômica.

Bresser-Pereira[22] esclarece como Celso Furtado procedia para entender o mundo que o cercava:

> Não é aplicando sem crítica um sistema qualquer de pensamento econômico. Nada é mais avesso a Furtado do que o pensamento estereotipado dos ortodoxos, seja qual for a ortodoxia que adotem. Ele quer ver o mundo com seus próprios olhos. Usar os instrumentos de análise econômica sem perder sua própria liberdade de pensar e de criar, que é seu bem maior.

Foi com esse método que procurei entender a questão regional no Brasil. Por exemplo: conforme o mestre Paulo Bonavides[23], "Houve no Brasil duas frentes conjugadas de combate para erradicar as desigualdades regionais: uma no campo político-constitucional; outra no campo econômico e administrativo; ambas até agora desgraçadamente malogradas". Mas por que malograram?

Porque eram, no fundo, pactos entre as oligarquias locais e os governos centrais, em que, como em *Leopardo*, de Lampedusa, tudo mudava a fim de continuar a mesma coisa de sempre.

Desse modo, as desigualdades regionais surgiram, cristalizaram-se e institucionalizaram-se. E foi assim que a seca, a estrutura fundiária e, em suma, a falta de horizontes de vida fizeram com que o Nordeste expulsasse parte expressiva da sua população: os 46,7% do contingente demográfico do país, em 1872, no último censo, em 2010, reduziram-se a 27,8%!

Ocorre, porém, que o Brasil não será um país desenvolvido enquanto não se voltar para o Nordeste, que é uma de suas principais fronteiras de desenvolvimento.

Sabendo de antemão que o desafio é fundamentalmente político, indago: dentro de um sistema de cooperação federativa, que beneficiaria o país como um todo e cada uma das suas regiões, por que não promover a integração virtuosa do Nordeste no Brasil? Essa é a questão proposta pelo *Integra Brasil* (movimento do qual já falamos, liderado pela então presidente do CIC e hoje secretária Nicolle Barbosa), cuja resposta positiva é o próprio desenvolvimento do país como um todo.

Caros Consócios, Senhoras e Senhores,

O segundo desafio que tem marcado a minha vida profissional e intelectual tem sido o desenvolvimento do meu Estado.

Como presidente do Instituto de Planejamento do Ceará – Iplance, de 1991 a 1994, e, depois, como secretário do Planejamento, de 1995 a 1997, andei pelo Ceará todo. E vi com muita clareza e na sua crueza a herança deixada pela velha economia do gado e do algodão.

No princípio, "Contingentes de população perambulante, não absorvida por um mercado economicamente fechado e débil", de que nos fala o mestre Liberal de Castro em seu magistral discurso de posse neste Instituto[24], vagueavam em volta das fazendas de gado; depois, moraram nelas para cuidar do boi e do algodão; e, por fim, foram habitar miseravelmente a periferia das cidades, sobretudo Fortaleza, que, de 5,9% da população do Estado em 1872, passou para 29% em 2010! E nela foram reproduzir-se as históricas distâncias coloniais.

Uma dura caminhada em que uns ficaram para trás, vítimas da seca ou do massacre de Canudos e Caldeirão; outros procuraram a proteção de padre Cícero e de são Francisco de Canindé; e outros ainda, muitos, ganharam o mundo para povoar a Amazônia (quantos morreram!), suar pelo progresso paulista, construir Brasília e fechar os "claros" do Centro-Oeste. Em 1872, o Ceará reunia 7,3% da população brasileira; em 2010, apenas 4,4%!

Mas não resta dúvida de que, nos últimos 25 anos, o Estado, passando por mudanças no âmbito social, econômico e cultural que melhoraram a qualidade de vida da população, tem conseguido livrar-se de boa parte da herança negativa da velha economia rural. No entanto, ainda há uma distância razoável entre o Ceará que temos e o que, certamente, desejamos ter, e que é, ou deve ser, o nosso desafio.

Hoje, depois de uma longa caminhada, voltei ao setor público, com o mesmo entusiasmo, mais vivido e melhor aparelhado, creio, para, modestamente, servir ao meu Estado.

Também mais vivido, melhor aparelhado e pleno de entusiasmo, chego ao Instituto do Ceará com a disposição de arregaçar as mangas e, em torno de um grande projeto, como a retomada do Plano de Thomaz Pompeu Sobrinho, conjugar esforços com os confrades para que, amparados no conhecimento histórico, possamos contribuir mais firmemente para o desenvolvimento do Ceará.

E na perseguição desse objetivo estou com Josep Fontana[25]:

> Devemos elaborar uma visão da história que nos ajude a entender que cada momento do passado, assim como cada momento do presente, não contém apenas a semente de um futuro predeterminado e inevitável, mas a de toda uma diversidade de futuros possíveis, um dos quais pode acabar tornando-se dominante, por razões complexas, sem que isto signifique que é o melhor, nem, por outro lado, que os outros estejam totalmente descartados.

Mas não devemos esquecer daquilo que mestre Diatahy Menezes formulou com muita propriedade: "o que institui um saber – mais que critérios lógicos e epistemológicos – é um ato de poder. Quem detém o poder numa determinada área estabelece o que é legítimo ou certo"[26]. Da mesma forma que, na história, há uma memória que é considerada legítima e certa. Por isso, adotemos o que, segundo ele, é sua prática permanente: a epistemologia da desconfiança.

PALAVRAS FINAIS

Para concluir, louvo Pacoti, "o riso florido da serra", a terra onde nasci; louvo minha família, louvo meus pais, que, auxiliados por nossa avó materna e nossa Irene, criaram nove filhos, transmitindo a todos eles valores morais, cívicos e cristãos; e louvo minha esposa, meu sustentáculo, e meus filhos, genro, nora e netos.

E vou seguindo adiante, esperançoso, recitando estes versos do nosso hino:

Que importa que teu barco seja um nada
Na vastidão do oceano
Se à proa vão heróis e marinheiros
E vão no peito corações guerreiros?

Muito obrigado.

NOTAS

1 Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, 1966.

2 NOBRE, Geraldo da Silva. A gênese do Instituto do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, v.1, número especial comemorativo do 90º aniversário do Instituto (1887-1977), tomo especial de 1977, p. 37- 43, 1977.

3 O Barão de Studart e a historiografia cearense. *Revista do Instituto do Ceará*, número especial comemorativo do 1º centenário de nascimento do Barão de Studart, tomo especial de 1956, p. 24-26, 1956.

4 Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, 2010.

5 *Op. cit.*, p. 35.

6 Revista do Instituto do Ceará, ano LX, 1946.

7 Revista do Instituto do Ceará, ano CV, 1991, p. 463.

8 *Op. cit.*, p. 470.

9 GREMAUD, Amaury Patrick; PIRES, Júlio Maciel. *II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND (1975-1979)*. In: KON, Anita (Org.). *Planejamento no Brasil II*. São Paulo: Perspectiva, 2010, p. 72.

10 REBOUÇAS, O. E. Desenvolvimento do Nordeste: diagnóstico e sugestões de políticas. Relatório Síntese. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 10, n. 2, abr./jun. 1979.

11 Compõem o acervo da Fundação Biblioteca Nacional:

- *Perspectivas e potencialidades do modelo brasileiro*. Fortaleza: BNB, 1974.
- *Incentivos fiscais e desenvolvimento regional*. Fortaleza: BNB, 1975.
- *Problemas e perspectivas da agroindústria na América Latina*. Em co-autoria com Walfrido Salmito e Inaldo Galindo. Fortaleza: BNB, 1975.
- *Temas atuais do Nordeste: entrevista concedida ao jornal "O Globo"* (edição de 08.10.76). [Fortaleza] : Banco do Nordeste do Brasil, 1976.
- *O desempenho do BNB no período 74-76*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1977.
- *O desenvolvimento do Nordeste e a nova sistemática do FINOR*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1977.
- *Desenvolvimento recente e perspectivas da economia brasileira*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1978.
- *O desempenho da economia nordestina em 1976*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1977.

- *O modelo brasileiro: crise ou transição?* Fortaleza: BNB, 1977.
- *O desenvolvimento do Nordeste nos últimos 10 anos*. Fortaleza: BNB, 1977.
- *A politica de desenvolvimento do Nordeste*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1979.
- *Os bancos de desenvolvimento como agentes de mudança: paineis do Seminário de promoção do desenvolvimento (ABDE/BNDE)*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento, 1980.

12 VELLOSO, João Paulo Reis. (Org.). *Brasil: a Superação da Crise*. São Paulo: Nobel, 1993.

13 Trabalho levado ao VIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, no Panamá, em outubro de 2003.

14 *O Banco do Nordeste no Instituto do Ceará*. Revista do Instituto do Ceará, ano XCI, 1977, p. 225.

15 *Oração proferida pelo economista Nilson Holanda quando do recebimento do título de sócio honorário do Instituto do Ceará*. Revista do Instituto do Ceará, ano XCI, 1977, p. 242.

16 *Discurso de posse*. Revista do Instituto do Ceará, ano XCVI, 1982, p. 325.

17 Revista do Instituto do Ceará. Tomo CXXV – Ano CXXV – 2011, p. 303-350.

18 Lisboa: Edições 70, 1995, p. 16.

19 KEYNES, J. M., CW, x, pp. 173-174. *Apud* SKIDELSKY, Robert. *Keynes: o regresso do mestre*. Alfrajide, PT: Texto Editores Ltda, 2010, p. 91.

20 MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 25.

21 São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

22 *Método e paixão em Celso Furtado*. In: BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos; REGO, José Marcio (Org.). *A grande esperança em Celso Furtado*. São Paulo: Editora 34, 2001, p. 21.

23 BONAVIDES, Paulo. In: BONAVIDES, Paulo; LIMA, Francisco Gérson Marques de; BEDÊ, Fayga Silveira (Coord.). *Constituição e democracia: estudos em homenagem ao Professor J. J. Canotilho*. São Paulo: Malheiros, 2006.

24 *Agradecimentos arquiteto José Liberal de Castro*. Revista do Instituto do Ceará, Ano CV, 1991, p. 220.

25 *A história dos homens*. Bauru, SP: Edusc, 2004, p.478.

26 Ver *Passado e presente num instante*. Entrevista ao jornal *O Povo*, 25.05.2015.